

Self news: a ficção que é a sua cara

Ana Paula Grillo El-Jaick^a

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar, para uma história das ideias linguísticas não teleológica, os conceitos de “pós-verdade” e fake news. A hipótese aventada é a de que já haveria uma protoimagem dessa espécie de ceticismo linguístico contemporâneo na retórica sofisticada. Para fundamentar esse gesto de leitura, faz-se uma análise de uma fake news com base na perspectiva foucaultiana de linguagem, sobretudo aquela expressa em A ordem do discurso. Como o campo da história das ideias linguísticas é, por definição, um empreendimento interdisciplinar, a presente investigação é uma análise do discurso que problematiza as “disciplinas” assim chamadas de Linguística, Literatura e Filosofia da Linguagem, uma vez que coloca em questão o discurso “verdadeiro”/“falso”, a “ficção” e a “não ficção”. Por fim, há a defesa da tese de que, se há algum embrião da nova “era da pós-verdade” na Antiguidade clássica, na contemporaneidade há um cinismo e um ultranarcisismo que ressignificam tal ideia linguística. Daí a proposta desse artigo de trazer o conceito self news para contemplar essa (nova?) ideia linguística contemporânea.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Fake news; pós-verdade; Michel Foucault.

Recebido em: 31/07/2019

Aceito em: 28/01/2020

^a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: anapaulaeljaick@gmail.com.

I

Quando o dramaturgo e romancista Steve Tesich utilizou a expressão *pós-verdade* em seu artigo “Um governo de mentiras” [“A Government of Lies”] no jornal *The Nation* em 13 de junho de 1992, provavelmente não tinha ideia do alcance que esse termo alcançaria. Naquela matéria, Tesich analisava a política dos Estados Unidos de então e concluía que vários escândalos do governo norte-americano eram *desculpados* por mentiras: os governantes mentiam, sem pudores, para o povo norte-americano.

Como exemplo, Tesich cita as histórias falsas que o governo norte-americano havia contado para que eclodisse a Guerra no Golfo Pérsico – como se sabe, alegou-se, sem quaisquer provas, que Saddam Hussein possuía um verdadeiro arsenal de armas de destruição em massa. Depois foi comprovado que Saddam não possuía armas químicas, mas isso não apenas não impediu o avanço norte-americano como não implicou nenhuma sanção a Bush, mesmo quando este reconheceu publicamente que havia *mentido*. Daí a estupefação de Tesich sobre o fato de que dizer a verdade ou falar mentiras escandalosas passaram a ter o mesmo valor. Com esse e outros exemplos, Tesich conclui: “De um modo bastante fundamental, nós, como um povo livre, livremente decidimos que queremos viver num mundo de pós-verdade” (TESICH, 1992, p.13, tradução nossa).¹

Vinte e quatro anos mais tarde, o termo que Tesich cunhou para defender sua tese de um admirável mundo novo pós-verdadeiro (em que os norte-americanos teriam decidido conscientemente viver) virou verbete do respeitado Dicionário Oxford. Além de *pós-verdade* ter sido eleita a “palavra do ano” pelo renomado dicionário em 2016, testemunha-se uma crescente bibliografia debatendo a opinião de que, contemporaneamente, a verdade foi substituída pelo meramente crível. Para ficarmos em duas referências bastante recentes, temos o livro *Pos-truth* (2018), do norte-americano Lee McIntyre, e *The Post-Truth Era – Dishonesty and Deception in Contemporary Life* (2004), do também norte-americano Ralph Keyes (este último ganhou tradução para o português em 2018 como *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*).²

Keyes prega que vivemos numa época de valorização da *mentira*, sendo que: “Por ‘mentira’ denoto uma falsa declaração, feita com conhecimento de causa, com a intenção de enganar; por ‘mentiroso’ denoto alguém que conscientemente difunde informações

¹ No original: “In a very fundamental way we, as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world.”

² No artigo “Pós-verdade, ficção, *fake news*”, a ser publicado no próximo número do periódico *Fragmentum*, faço um exame mais pormenorizado do livro de McIntyre. Assim, aqui vou me ater mais ao livro de Keyes.

falsas, com a intenção de enganar” (KEYES, 2018, p.17). Ao mesmo tempo, vê-se que é bastante discutível o que o autor considera “mentira” – ele parece confundir (*in*)competência pragmática com mentira, e até mesmo com dissimulação criminosa. Segundo Keyes, responder “Bem” à pergunta “Como vai você?” nos dá a ver um grande *enganador* desonesto (KEYES, 2018, p.15). Apesar de não ser o objetivo deste artigo resenhar o livro de Keyes, é preciso observar que são muitas as críticas possíveis ao seu trabalho tão pouco fundamentado (exemplo disso é a frequência com que o autor recorre a filósofos da linguagem para fazer comentários ou errôneos, ou bastante rasos; exemplo: “Ludwig Wittgenstein uma vez observou quão frequentemente ele mentia quando a verdade teria o mesmo efeito” (KEYES, 2018, p.13).³

Considerando essa bibliografia “nova” a insuflar quase que outro período histórico em razão desse “novo discurso”, o objetivo deste artigo é, para uma História das Ideias Linguísticas não teleológica, averiguar até que ponto a tese de que estamos em uma nova era, a era da pós-verdade, é *defensável*. A fim de cumprir tal meta, esta pesquisa apresenta três fases, tal como propõe Swiggers (2010, p.7-8):⁴

- (i) num primeiro momento, informei-me sobre as fontes, li esses textos-fonte, “cataloguei” os pontos de vista e as possíveis terminologias distintas – que, neste caso, poderiam ser intercambiáveis por *pós-verdade*;
- (ii) num segundo momento (que Swiggers chama de “fase hermenêutica”), interpretei essas fontes;
- (iii) finalmente, num terceiro momento de Swiggers, há a fase executiva – que faço agora ao dar forma a este texto.

Como o campo da história das ideias linguísticas é, por definição, um empreendimento interdisciplinar (cf. Swiggers, 2010, p.2), nossa análise do discurso já problematiza a própria divisão de campos de saber que toma como certo haver fronteiras sólidas que os separem. Dessa forma, esta investigação é um trabalho linguístico indiscriminadamente nas “disciplinas” assim chamadas de Linguística, Literatura e Filosofia da Linguagem, flexibilizando seus limites ao mesmo tempo que reforçando pontos de vista discursivos.

³ A leviandade da crítica de Keyes chega à ignorância quando, na seção “Mito América” (em que basicamente critica a América através de sua História, que seria completamente “falsa”), sugere que seu país nasceu já em uma mentira, pois Cristóvão Colombo teria sido um “homem de muitas faces e nomes” (KEYES, 2018, p.52) – e aí Keyes lista diferentes grafias do nome do italiano(!). Outro ponto duvidoso sobre a seriedade da obra de Keyes é quando ele, no capítulo dedicado à academia, chama de “mentira” e “enganação” recursos científicos tais como não dizer para o informante sobre o que exatamente é a pesquisa a que ele está sendo submetido. Para Keyes, dizer ao informante que a pesquisa é sobre outra coisa seria uma “mentira”, uma prova de que os acadêmicos são “enganadores” (2018, p.134). Nesse ponto, uma ligação quase que imediata que faço é com o conhecido “paradoxo do observador”, de Labov: como é sabido, Labov prega que, uma vez que o objeto do sociolinguista é a fala espontânea, são necessárias estratégias (como não dizer de antemão ao informante sobre o que é sua pesquisa) para registrar essa fala que, de outro modo, não será *espontânea*. Enfim, de acordo com as afirmações de Keyes, Labov seria um *mentiroso*, um *enganador*.

⁴ Conheço as distinções teóricas e metodológicas das várias (agora) *disciplinas* da área da Linguística

e suas variáveis metalinguagens: *História das Ideias Linguísticas, História da Linguística, Historiografia (da) Linguística, História das Ciências da Linguagem, História dos Estudos sobre a Linguagem, História do Conhecimento Linguístico* (cf. FREITAS, 2019, p.35). Esclareço compartilhar da ideia de que “A noção de ‘teoria’ apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, na ocorrência daquela que se desenvolve no Ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, que consiste em supor problemas já tidos como resolvidos, preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas”. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH apud FREITAS, 2019, p.35). Ao mesmo tempo, não me furto de recorrer a Swiggers já que os passos desta investigação coincidem com os teorizados por ele.

Por fim, vou propor neste artigo o (novo?) conceito *self news*. Ao questionar a *novidade* da era da pós-verdade, será preciso, logo, estabelecer o que há de *novum* em relação ao passado. Uma hipótese é a de que as novas tecnologias impõem problematizações antes inexistentes. Enfim, a tese defendida será a de que, nesta era em que multilinguagens viajam de forma quase que instantânea pelas teias da internet, nesta (dita) *era da informação* em que nos informamos por plataformas regidas por algoritmos que nos dão aquilo que queremos ouvir/ver/ler nestes tempos ultranarcísicos, então notícias não apenas *falsas*, mas que espelham esse ultranarcisismo parecem *ficções mais verdadeiras* do que *histórias reais* – sobretudo quando viralizam nas redes sociais. Para me aprofundar nessa hipótese, analisarei – com base em *A ordem do discurso*, de M. Foucault – uma *fake news* que viralizou nas redes sociais no final de 2018. Dito isso, fica mais evidente a impossibilidade de que este exame pudesse restringir-se à Linguística, uma vez que as linhas divisórias entre discurso, ficção, história, literatura, filosofia ficam (/são) indecidíveis.

II.

É notória a passagem de Aristóteles (384 a.C. - 322 a. C.), em sua *Poética*, em que o estagirita afirma ser a poesia mais filosófica, mais séria, mais elevada do que a história, “pois a poesia se ocupa mais do universal, ao passo que a história se restringe ao particular” (ARISTÓTELES, 1451b5). Isso quer dizer que, se o historiador é aquele que narra uma história que, de fato, aconteceu, esta será uma narrativa de uma pessoa determinada, de objetos certos; afinal, a história do historiador refere-se, especificamente, a alguém ou a algo. Já o poeta é aquele que quer compreender mais de um ente: o poeta é aquele cuja narrativa pretende estender-se a todos. Ao ampliarmos a figura do poeta para *autor*, então enlaçamos um dos grandes nós da teoria da literatura, que é explorar as reentrâncias entre ficção e não ficção.

É notório também o pensamento de que a chamada *pós-modernidade* se empenhou em fazer estremecer essa (suposta) divisão. Muito resumidamente, a ideia geral seria a de que concepções pós-estruturalistas da linguagem, ao questionarem o estatuto da face *significado* do signo linguístico, muitas

vezes acabam por aboli-la, afirmando que tudo que resta é *significante*. O significado, deste modo, não existiria mais do que um remetimento de significantes – que remeteriam a outros significantes, numa *semiose infinita*. Não à toa uma espécie de *ceticismo linguístico contemporâneo* vem sendo flagrado em diferentes discursos: Talbot Taylor (1992) fala em um *ceticismo comunicacional*, Martha Nussbaum (1985) pensa em uma *sofística contemporânea*, Martin Stone (2000) se refere a uma sempre iminente *ameaça cética*, e o crítico literário Michael Fischer (1989) vê a presença de um *ceticismo literário* atual.

Na presente análise, temos em comum a ideia cética de discursos conflituosos com igual força – o que torna indecidível qual é o (in)válido. Por isso, defenderei a seguir que essa ideia linguística tem ao menos uma protoimagem muito anterior à chamada “era da pós-verdade”.

III.

Em “Três caminhos na filosofia da linguagem”, Helena Martins entende o pensamento sofístico sobre a linguagem humana como certa protoimagem de uma perspectiva “radicalmente pragmática da linguagem e do sentido” (MARTINS, 2011, p. 449). De fato, como veremos, a sofística coloca em xeque o paradigma referencial da linguagem: para os sofistas, o *logos* não diz o real.

Barbara Cassin, em *O efeito sofístico* (2005[1995]), opera (como Martins) certa *reabilitação* do pensamento sofístico. Em sua tradução comentada do *Elogio de Helena*, de Górgias, Cassin fala do *poder demiúrgico* que a ideia deste sofista acabava por conferir à linguagem humana. Esta defesa de Cassin se baseia mais exatamente nesta passagem de Górgias: “O discurso [*logos*] é um grande soberano que, por meio do menor e do mais inaparente dos corpos, realiza os atos mais divinos, pois ele tem o poder de dar fim ao medo, afastar a dor, produzir alegria, aumentar a piedade.” (GÓRGIAS apud CASSIN, 2005, p.293).⁵

O *logos* é um supremo deus incorpóreo, um ser extremamente poderoso que acalma, cura, alegria, perdoa. Pode-se mesmo dizer que no início era o *logos*: é o discurso que faz o mundo, que organiza o real. Consequência disso é que não dizemos o mundo (imediatamente), mas apenas fazemos menção ao real pela mediação do discurso – ou seja, não temos

⁵ Tradução para o português tirada do mencionado livro de Barbara Cassin (2005[1995]).

acesso à coisa em si; o que temos são *discursos* do/no mundo. Essa constatação tem fortes implicações epistemológicas: nosso conhecimento do mundo é essencialmente discursivo. Consequentemente, isso que vem sendo chamado de novíssima era da pós-verdade já tem seu embrião na ideia gorgiana de linguagem que coloca em jogo a crença de que podemos conhecer o real pela linguagem.

Cabe, então, a pergunta do que essa dita “era da pós-verdade” se diferenciaria do relativismo sofístico. Em outra ocasião,⁶ já defendi três pontos de diferenciação entre um e outro: a internet, que faz com que a velocidade com que a informação se propague seja de uma rapidez jamais vista; a mídia, que, apesar da concorrência com o “discurso de não autoridade” permitido pela internet, ainda conserva seu poder (e, no caso das chamadas *fake news*, contribuiu para *banalizar o engodo* quando transformou o *fake* em notícia); o lucro (imenso) das grandes corporações, que faz com que empresas interfiram em qual melhor *ficção* será criada para consumo geral (quer dizer, discursos fabricados por empresas, muitas vezes fazendo com que o consumidor não tenha mais certeza sobre o que ouve/vê/lê, podem ser bastante lucrativos. Isso significa que criar histórias fictícias que coloquem verdades científicas em dúvida é uma ficcionalização cujo interesse último é financeiro).

Este artigo defende a tese de que, mais do que criar ficções, histórias são inventadas e disseminadas para um público-alvo específico, determinado – sabe-se de antemão qual ficção serve melhor a quem. Quando buscas são feitas na internet, as instruções dos programas operam de tal forma a mostrarem anúncios pinçados nos *sites* que costumeiramente aquele usuário visita, de modo que a procura na rede não é *pura, inocente, desinteressada*, mas é uma recreação em que se acha aquilo que já se sabe, descobre-se aquilo que, desde o início, se quer ouvir/ver/ler.

IV.

Chamo de *self news* a este fenômeno linguístico contemporâneo: se já há variadas análises discursivas que tomam como objeto *fake news*, acuso um poder linguístico ainda mais contundente em um de seus desdobramentos

⁶Ver nota 2.

em nossa conjuntura sócio-histórica – as ficções criadas para um público específico, as contações de história tecidas para captar ouvidos propensos a escutar aquela ficcionalização feita sob medida.

Propositadamente venho usando o termo “ficção” para fazer tremer as bases do que chamamos *ficção* e *não ficção*. Nesse terremoto, brechas são abertas para perguntas do tipo: “Mas, afinal, o que é a verdade?”. O cinismo que em geral acompanha essa pergunta é um dos ingredientes mais citados como parte das atuais circunstâncias – Christian Dunker, em seu texto “Subjetividade em tempos de pós-verdade” (2017), vê “o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral”.

Criticar o cinismo da pergunta não equivale a promulgar alguma obviedade na medição de onde começa ficção ou onde termina não ficção – certamente, tal demarcação não é nada simples (como pretendem tanto McIntyre quanto Keyes). Afinal, haveria uma grande contradição em banalizar a questão e, ao mesmo tempo, defender haver uma protoimagem da ideia linguística de “pós-verdade” há, pelo menos, dois mil e quatrocentos anos. Em vez disso, buscando o que opera a ressignificação desse debate atualmente, analisarei dois elementos: o *cinismo* e um *ultranarcisismo*.

IV'

Este (novo?) objeto teórico proposto, a *self news*, seria composto, então, por esses dois ingredientes de base. Tratarei primeiramente do cinismo. Linguisticamente, o cinismo se configuraria numa facilidade extrema de *contar mentiras* sabendo que não haverá consequências maiores em ser pego (se, por acaso, o for). Justificarei essa afirmativa com uma análise discursiva de uma *fake news* que viralizou nas redes sociais no final de 2018 (a foto a seguir foi extraída do site da Folha de São Paulo, em matéria em que a Agência Lupa diagnostica a falsidade da cena):

Figura1.



Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/02/verificamos-manuela-jesus/>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

Manuela D'Ávila, então candidata à vice-presidência do Brasil nas eleições de 2018, teria ostentado uma camiseta em que se lia “Jesus é travesti”. Mesmo depois de desmascarada a manipulação da imagem, não houve qualquer punição de seu autor – e seu beneficiário, o adversário de Manuela, usufruiu das vantagens que essa *ficção fake* lhe fez gozar. Isso quer dizer que cidadãos foram enganados – e o enganador saiu impune. Foi confirmada uma falcatrua, mas isso não causou nenhum dano a quem agiu desonestamente. Mais grave: houve quem compartilhasse a opinião de que nenhum mal foi feito, desfazendo a gravidade do perigo de se conviver com total falta de ética.

Novamente, como trilhando um labirinto, ao trazermos uma reconhecida *fake news* para análise, transpomos de volta a velha discussão sofisticada/socrática do que é *falso* e do que é *verdadeiro*. McIntyre e Keyes compartilham a superficialidade ao lidarem com o tema: ambos resolvem o problema de modo incrivelmente trivial – eles defendem que basta ater-se à “verdade factual”, à exatidão dos *fatos*. Claro está que essa é exatamente a grande questão. Questão tão grande e vasta que leva, também, à problematização do que seria ficcionalizar,

contar uma história. Para os objetivos deste artigo, a pergunta seria melhor formulada nestes termos: qual seria a diferença entre ficcionalizar e fabricar uma *fake news*?

A foto *original* de Manuela D'Ávila – aquela a partir da qual, ficou provado, *ficcionalizou-se* uma história farsesca – é esta:

Figura 2.



Foto: BBC News Brasil

Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/eleicoes-2018-na-reta-final-para-o-pleito-voce-caiu-em-alguma-mensagem-falsa-de-whatsapp.0046e44385063e42b947c279478b19b94ut4ss5a.html>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

A sorridente Manuela abre seu blazer e porta orgulhosamente uma camiseta com o imperativo “rebele-se”. Interessante notar como a manobra de substituir o imperativo pela afirmativa “Jesus é travesti” acaba por ressignificar também o sorriso de Manuela, que passa a ser audacioso, impertinente. A produção desta *montagem*, recurso criativo no cinema e também na literatura, pôde ser realizada e disseminada em redes sociais no tempo histórico de uma eleição presidencial de um país – o Brasil. Para o desenvolvimento dessa análise do discurso, faz-se agora menção a Foucault, mais precisamente aquele de *A ordem do discurso*:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2011, p. 8-9)

Segundo Foucault, no acontecimento discursivo ocorrem mecanismos de exclusão, sujeição e rarefação, de modo a ordená-lo, domesticá-lo. O poder do/no discurso (ou: o poder demiúrgico do *logos*) é limitado por interdições tanto pelo tabu do objeto tratado, quanto pelo ritual da circunstância que ele exige, e também pelo direito privilegiado ou mesmo exclusivo do sujeito que fala (FOUCAULT, 2011, p. 9). De acordo com Foucault, naqueles idos anos 1970 os grilhões eram mais cerrados sobre os discursos da *sexualidade* e da *política*.

A hipótese aqui é a de que esses discursos (da sexualidade e da política) continuam fortemente cerceados. O discurso como objeto de desejo continua sendo aquilo pelo que se luta – e no qual se luta. O discurso como poder continua sendo aquilo pelo que queremos apoderar-nos.

Foucault aponta, então, três sistemas de exclusão que atingem o discurso: a interdição (a palavra proibida), a segregação (por exemplo, do discurso do louco), a vontade de verdade (2011, p. 19). A luta de poder que se opera no/pelo discurso é, assim, uma luta pela verdade – não se esquecendo de que há palavras proibidas, tabus interditos.

Para Foucault, as coerções que dominam as aparições aleatórias dos discursos são da ordem da sujeição: o comentário, o autor, a disciplina – de fato, para ele, a disciplina é um princípio de limitação (FOUCAULT, 2011, p. 29).⁷ Por fim, as coerções que selecionam os sujeitos que falam são da ordem da *rarefação*: o ritual, a sociedade de discurso, as doutrinas, as apropriações sociais do discurso. Neste momento, Foucault sublinha quem pode falar – no caso específico das sociedades de discurso, tal direito está ligado a instituições. É preciso ter em mente que essas formas de coerção, Foucault adverte, não aparecem de modo estanque, mas os discursos são trespassados por (potencialmente, todas) elas.

Na análise aqui em curso, a falta de pudores se deixa ver na escolha de um assunto tabu: a *fake news* invoca o discurso religioso (a própria figura de Jesus Cristo) na fantasiosa

⁷ Sobre a disciplina, Foucault sentencia: “Para pertencer a uma disciplina uma proposição deve poder inscrever-se em certo horizonte teórico” (2011, p.33) – ou seja, tem de estar “no verdadeiro” (2011, p.34).

camiseta de uma política filiada ao Partido Comunista do Brasil. Nesse discurso religioso, ainda se pode ver uma luta pelo poder da *verdadeira verdade*: o verdadeiro deus, a verdadeira palavra de deus. Como foi dito logo acima, Foucault detectava em 1970 que os discursos da sexualidade e da política eram os mais cerceados – pelo próprio poder discursivo. E eis que a história se repete: no jogo político, às vésperas de uma eleição presidencial, política e sexualidade se imiscuem em um tabu religioso. A camiseta enganosa coloca uma política comunista apropriando-se de um discurso que ela, supostamente, não poderia tomar o lugar de fala, posto que de uma doutrina da qual ela não faz parte. Além disso, a camiseta coloca sexualidade em um homem santo: Jesus Cristo – e uma sexualidade oposta àquela esperada de um homem (sobretudo porque santo).

A narrativa fictícia da camiseta mobiliza discursos *já-ditos*: o pré-construído de que comunistas são ateus, pessoas que não creem em Jesus Cristo. Dessa forma, são infiéis que desprezam figuras religiosas e podem, então, *blasfemar* à vontade. O imaginário sobre a posição sujeito *comunista* abarca o ideário de que este seria alguém capaz dos atos os mais ultrajantes contra fiéis de todas as religiões, uma vez que a religião (qualquer uma) seria o ópio do povo.

A análise do discurso da camiseta fictícia de Manuela D'Ávila também permite um gesto de leitura de um não dito que faz lembrar uma memória sociocultural do discurso (ainda altamente cerceado) do *sexo*: a ideia de *mulher bruxa* como pleonástica. Manuela D'Ávila é mulher, feminista, empoderada – em discursos que ainda circulam, essa mulher teria poderes mágicos, artimanhas, posto que sabe de feitiços. Essa memória discursiva traz a ideia de que uma mulher feminista empoderada é a “nova” feiticeira com seu discurso ininteligível – ou *melhor*: com seu discurso *maligno*.

Ao se focar no discurso que foi apagado, o *factual* “rebele-se!”, também se evocam memórias discursivas; afinal, Manuela D'Ávila ocupa a posição sujeito de uma candidata política de esquerda, comunista, de ideais humanistas. Como se sabe, a Manuela em si não é origem do seu próprio discurso, mas coloca em movimento *já-ditos* que ativam uma memória discursiva de uma *posição sujeito esquerdista*: alguém que incita a revolta, um insurgir-se contra o *status quo*, enfim, alguém que

veste a camisa de um imperativo como que de um chamamento para que a população se revolte. Logo, apagar o “rebele-se!” da camiseta de Manuela D’Ávila pode ser interpretado como um apagamento desse imperativo de se levantar contra o opressor.

Como se disse, os autores dessa ficção com viés de “realismo fantástico latino-americano” não foram pegos – e ficou por isso mesmo. O cinismo aflora também graças à interação virtual anônima, o que permite essa impunidade apesar de se ter provado a ficcionalização espúria, porque queria passar-se por *verdade* (voltarei a esse ponto mais adiante). Sobre o ambiente virtual é preciso destacar a facilidade de oportunidades dadas pela internet para se enganar o próximo – e, é claro, sempre há alguém disposto a enganar. Com isso, uma conclusão a que se chega é a de que interações anônimas *on-line* permitem uma verdadeira proliferação de narrativas fictícias. Uma outra conclusão a que se chega é a de que o cinismo (também) opera como um jogo de inversões: coloca-se a vítima da ficcionalização mentirosa como alguém sem princípios éticos, quando quem opera essa narrativa enganosa é que pratica um ato, além de criminoso, imoral e antiético.

Essa ficção, no entanto, não apareceu imediatamente nas redes sociais de todos os cidadãos – mas nas de alguns. Aqui, qualquer semelhança *não* é mera coincidência: as preferências de busca, de consulta, de leitura de um usuário da internet são armazenadas e são replicadas as suas escolhas – ou seja, o internauta tem sempre mais do mesmo.

IV”

A internet e suas redes sociais virtuais, enfim, as novas formas de interação social trouxeram um outro jeito de estar no mundo – de preferência, sob a luz de holofotes. Tanto assim que já virou clichê criticar as notórias *selfies*, aquelas fotos tiradas de si mesmo (aliás, *selfie* foi a palavra do ano de 2013 do Dicionário Oxford).

O narcisismo, é claro, não nasceu com a internet – a própria etimologia da palavra remonta ao mito grego de Narciso. A fome insaciável por atenção, a necessidade de que o foco esteja sobre si não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo. Novamente, cabe perguntar o que as *selfies* e outras manifestações de se autoadmirar na contemporaneidade

se diferenciariam do Narciso que se jogou no rio (em uma das versões do mito).

Uma hipótese é a de que as novas tecnologias permitiriam que se chegasse a uma espécie de ultranarcisismo tanto da própria imagem quanto do próprio *discurso*. A tese a ser defendida é a de que os mestres da comunicação descobriram algo mais eficaz do que *meramente o fake*: criar narrativas que cabem como uma luva nas mãos de um leitor específico – e, como em um regresso ao infinito, o reconhecer-se no discurso circulante potencializa o narcisismo geral. Esse *espelhamento discursivo* propicia não só a propagação da falácia como também a força da falácia, contribuindo para uma espécie de *vale-tudo*: definitivamente, as fronteiras entre ficção e não ficção são borradas quando a *ficção* é lida e entendida como *não ficção*.

No discurso em análise, por mais inverossímil que fosse uma candidata à vice-presidência aparecer em público às vésperas das eleições com uma camiseta antirreligiosa, tal implausibilidade não foi percebida pelos egos que queriam ver sua própria *imagem discursiva* no espelho. Contemporaneamente, não só se reconhece uma idolatria pela autoimagem, mas discursos disfarçados como gênero “notícia” que espelham desejos subjetivos. A era da pós-verdade é, na verdade, uma resignificação da era retórica, sofisticada: como Górgias escreveu, o discurso organiza o mundo – agora, prevendo a *notícia fictícia-narcísica* que se lerá.

No discurso aqui em análise, testemunha-se uma repetição narcísica do que se quer ver: quem não vota na candidata de esquerda quer confirmar sua memória discursiva do que seja um comunista – nesse imaginário, um ateu que brinca com a fé alheia. Este narciso não quer ver um espelho em que esteja escrito “rebele-se!”. Este narciso idolatra a ideia linguística de que a posição sujeito comunista tem de estar no campo do antiético. Para esse sujeito ultranarcísico, não importa que o autor da ficção é quem tenha cometido um ato antiético, já que a narrativa ficcional confirma o que o ser narcísico *já sabe*: o já-dito sobre o sujeito comunista.

V.

Desde o início desse artigo usei de maneira propositadamente provocadora o termo *ficção* tanto para

analisar o cinismo em se criar narrativas fictícias sobre uma figura pública como para investigar o ultranarcisismo no autorreconhecimento em *fakes news*. Como adverti na introdução, analisar *fake news* já prevê um exame interdisciplinar – neste caso, esbarra em uma das questões centrais da teoria da literatura.

O teórico da literatura Luiz Costa Lima é um dos principais autores brasileiros contemporâneos a pensar a relação entre Literatura e História, de que é exemplo sua obra *História. Ficção. Literatura*. Nesse livro, Costa Lima lança mão de três outros autores para desenvolver o tema: Jeremy Bentham, Hans Vaihinger e Wolfgang Iser. Dado o espaço limitado de um artigo, não se fará aqui jus à solidez da obra de Costa Lima, mas ela aparece aqui para ajudar a problematizar a relação entre ficção e história na presente análise.

A ideia é mostrar uma diferença complexa e fundamental entre o ficcional da literatura e o ficcional da *fake news*: enquanto a literalidade de uma obra literária é confessadamente *fingida* – ou seja, o autor joga deliberadamente o jogo do *faz de conta* (ou a *filosofia do “como se”*, conforme o título do famoso livro de Vaihinger), brincando com realidade e ficção –, o autor da *fake news* *finge* que uma ficção *aconteceu* – isto é, o autor de uma *fake news* age “como se” o fictício fosse *real*.⁸ No nosso caso, o discurso fictício da camiseta falsa de Manuela D’Ávila é transmitido “como se” fosse, de fato, real, *brincando* com a realidade e a ficção, mas sem avisar que é uma “brincadeira”.

Isso quer dizer que, no caso das *fake news*, há uma tentativa maliciosa, uma enganação proposital de querer fazer passar o *ficcional* como *real* – há uma ficção que não diz seu nome. Os autores de *fake news* não estão vendendo um romance – eles sabem que estão enganando-nos. Uma hipótese a se verificar em outra pesquisa é a de que, talvez, um problema próprio da “era da pós-verdade” seja a de que o crime nunca tenha compensado tanto – pois ninguém é responsabilizado pelos seus atos, pelas suas desonestidades.

VI.

(mais uma “Proposta” do que uma “Conclusão”)

Como este artigo defende a tese da existência contemporânea daquilo que estou chamando de *self news* –

⁸ Interessante lembrar a etimologia da palavra *ficção*: “do latim *fingere*, é a mesma de ‘fingir’ ou ‘fingimento’” (BRASIL, 2019, p.24).

ou seja, uma ficção criada e disseminada visando a posições sujeito específicas para circularem –, e como a referência à nomenclatura das *fake news* não é despropositada, de saída esta pesquisa envolve tatear pelos limites do que seria um discurso “verdadeiro” e um discurso “falso”, o que nos levou para a seara da *ficcionalização*.

A história da ideia linguística de um discurso criador de mundos, como foi visto, não é recente, mas tem cerca de 2400 anos. Com tanta história, esse *ceticismo linguístico* esboçado já pelos sofistas vem sendo retraçado de modo tão engenhoso que é difícil mesmo rebatê-lo. Afinal, desde as escolas de retórica da Grécia antiga, passando pelos sofistas e céticos, a questão do *critério* permanece: qual o *critério* para se averiguar a veracidade de um discurso – por exemplo, qual o *critério* a ser usado para diferenciar o discurso que diz ter havido o Holocausto daquele que diz não ter havido? Uma vez que a fenomenologia já mostrou que *um fato* tem sempre, no mínimo, duas interpretações, qual é a *boa versão* da “verdade dos fatos”? Se, ao narrarmos um acontecimento, estamos já produzindo uma *versão ficcionalizada* de como o acontecido aconteceu, então todas as narrativas seriam, igualmente, *ficcionalizações*.⁹

O relativismo exacerbado sofístico, é bem verdade, pode levar a esse beco sem saída de uma atitude antiética. Contudo, a desmistificação de uma suposta verdade absoluta não deve corresponder a uma atitude cínica de dizer que, então, *não existe verdade*. Uma proposta de saída da aporia cético-sofística pode ser pensar não em termos de um relativismo total discursivo, mas na tomada de posição *perspectivista* – tanto discursiva quanto epistemológica. A “vontade de verdade” à que faz referência Foucault é um desejo sempre frustrado porque crê em uma verdade eterna, imutável, essencial. Uma via de saída do labirinto cético seria, então, reconhecer essa vontade de verdade como sempre desejante por uma falta inextinguível e, ao mesmo tempo, crer que esse reconhecimento não é sinônimo de total ausência de certezas.

Assim, apesar de toda história ser uma narrativa – de modo que, em certo sentido, foram contadas histórias de um personagem chamado Napoleão Bonaparte assim como foram narrados relatos de um personagem chamado Brás Cubas –, não seria o caso de igualá-las todas como *ficção*. “Verdade”, lembrando o pensamento do Wittgenstein

⁹ Como foi dito no início deste texto, as bibliografias recentes sobre o tema, os livros de McIntyre e Keyes (cf. 2018, p.139-141), tratam essa questão de forma bastante banal, como se ela não fosse debatida há tanto tempo exatamente por sua dificuldade. Além disso, ambos se referem ao trabalho de autores que eles próprios chamam de “pós-modernos” como se estas obras fossem defesas por “mentiras”, enfim, como se esses autores pós-modernos defendessem a igualação entre *ficção*, *mentira* e *verdade*.

maduro (principalmente aquele desenvolvido ao longo das *Investigações Filosóficas*), como toda expressão linguística, não tem seu significado fixado de forma apriorística ao seu uso efetivo em práticas linguística: “verdade” tem seu significado determinado no jogo de linguagem em que é jogado, na forma de vida em que é jogado.

Para fins da análise do discurso aqui apresentada, quando se diz *não* ser verdade que a camiseta de Manuela D’Ávila trazia escrita a afirmativa “Jesus é travesti”, o que se quer dizer é que, em nossa forma de vida sociocultural, nesse jogo de linguagem, o discurso disseminado pelas redes sociais não corresponde ao discurso que Manuela D’Ávila, de fato, fazia.

A capacidade criativa de ficções como *Grande sertão: veredas* e “Jesus é travesti” não é a mesma: a identidade ficcional não comparece aqui. Como já foi afirmado, são dois jogos de linguagem diferentes permitidos em nossa forma de vida: enquanto a primeira joga abertamente o jogo da linguagem literária, a segunda *dramatiza* uma história que não existiu – sem confessar que houve dramatização. Isso significa dizer que, se o assim conhecido pensamento *pós-moderno* (*sofístico*) questiona uma verdade a-histórica, metafísica, transcendental, se tal ideário admite que nossas verdades são estabelecidas historicamente, intersubjetivamente, discursivamente, disso *não* se segue a indiscriminação entre discursos “verdadeiros” e “falsos”. Diferentemente de um relativismo cético, uma visão perspectivista de linguagem reconhece que, em nossa forma de vida histórica, temos certezas e verdades. “Desconstruir” a ideia de verdade objetiva não significa colocar todas as nossas verdades em dúvida.

Apesar de estarmos no momento das “considerações finais” do artigo, ainda cabe mencionar aqui a distinção feita por L. H. Santos entre *condições de sentido* e *condições de verdade* de nossos discursos (SANTOS, 1996, p. 454). Conforme explica Santos, a conhecida máxima do sofista Protágoras – o homem é a última medida de todas as coisas, a medida do ser das coisas que são e do não-ser das coisas que não são – está certa em relação ao homem ser a medida do *sentido* dos enunciados, ou seja, do que as coisas podem ou não podem ser. Entretanto, o homem não é a medida da *verdade* dos enunciados, ou seja, do que as coisas são ou não são no mundo, pois isso só o mundo pode ensinar-nos.

Nosso paradoxo final é: este artigo é também um discurso – o que nos leva à labiríntica aporia de um discurso que remete a outro discurso, indefinidamente, em um regresso ao infinito discursivo. Uma tentativa de saída do paradoxo: como lembra Santos, o mundo nos ensina – por exemplo, que o imperativo “rebele-se” era, de fato, o discurso que *correspondia* à camiseta de Manuela D’Ávila. É bem verdade que o mundo também nos ensina como o cinismo tem invertido o jogo: os mentirosos antiéticos estão fazendo com que vítimas figurem como a/ímorais – e, no anonimato das interações virtuais, os cínicos têm saído impunemente dessa proliferação de ficções enganadoras. Enfim, agora sim nosso paradoxo final – narcísico: este meu discurso será ouvido/visto/lido por quem nele se espelhe (em mim).

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011 (Coleção Edipro).

BRASIL, Luiz Antonio de Assis. *Escrever ficção: um manual de criação literária*. Colaboração de Luís Roberto Amabile . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CASSIN, Barbara. *O efeito sofisticado: sofística, filosofia, retórica, literatura*. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 2005 [1995].

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: _____; et.al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p.9-41.

FISCHER, Michael. *Stanley Cavell and literary skepticism*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011[1970].

FREITAS, Fernando. *Gramática e dialética na Antiguidade Tardia: os elementos de uma teoria sintática em Santo Agostinho*. 2019. 138f. Qualificação de Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

KEYES, Ralph. *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Tradução: Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.439-473. v.3

MCINTYRE, Lee. *Pos-truth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

NUSSBAUM, Martha. Sophistry about Conventions. *New Literary History*, Autumn, vol. 17, n. 1, Philosophy of Science and Literary Theory, p. 129-139, 1985.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A harmonia essencial. In: NOVAES, Adauto (org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.437-455.

STONE, Martin. Wittgenstein on deconstruction. In: CHARY, Alice & READ, Rupert (org.) *The new Wittgenstein*. London: Routledge, 2000. p.93-127.

SWIGGERS, Paul. História e historiografia da linguística: status, modelos e classificações. *Eutomia: revista de literatura e linguística*. Pernambuco, ano III, v. 1, n. 6, p. 1-17, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/issue/view/111>. Acesso em: 5 abr. 2015.

TAYLOR, Talbot J. *Mutual misunderstanding: skepticism and the theorizing of language and interpretation*. Durham and London: Duke University Press, 1992.

TESICH, Steve. A Government of Lies. *The Nation*, vol. 254, n.1, January 6, 1992, p.12-14.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1998.

Abstract

Self news: the fiction that mirrors you

The purpose of this article is to investigate, for a History of Linguistic Ideas, the concepts of "post-truth" and fake news. The hypothesis is that there would already be a proto-image of this kind of contemporary linguistic skepticism in sophistic rhetoric. To support this interpretation, we will analyze fake news from the Foucaultian perspective of language, especially the one expressed in The Order of Discourse. As the field of the History of Linguistic Ideas is, by definition, an interdisciplinary undertaking, this investigation is an analysis of discourse that calls into question the so-called "disciplines" of Linguistics, Literature and Philosophy of Language, as it calls into question "truth"/"false", "fiction"/"nonfiction". Finally, there is the defense of the thesis that if there is any embryo of "The Post-Truth Era" in classical antiquity, in contemporary times there is a cynicism and an ultra-narcissism that redefine this linguistic idea. Therefore, this paper proposes the self news concept to contemplate this (new?) Contemporary Linguistic Idea.

Keywords: *History of Linguistic Ideas; Fake news; Post-Truth; Michel Foucault.*